

## Relatório Anual de Execução 2017

### Resumo para os Cidadãos

Artigo 50.º, n.º9 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013



## Apresentação do Programa

O **Programa Operacional (PO) Regional do Alentejo 2014/2020 - ALENTEJO 2020** - foi aprovado através da Decisão C(2014) 10163 final, de 18 dezembro e alterado pela Decisão C(2017) 7190 final, de 24 de outubro. Com uma dotação global de 1.082,9 M€, dos quais 898,2 M€ FEDER e 184,7 M€ FSE, o Programa estrutura-se em 10 eixos prioritários articulados entre si, segundo uma lógica de intervenção organizada em torno de domínios temáticos, convergentes e coerentes com os objetivos e metas da Estratégia Europa 2020.

As linhas estruturantes de desenvolvimento regional suportam um conjunto de **objetivos macro** para a região Alentejo no horizonte 2020, tais como:

- Incrementar em 15% o valor do PIB Regional;
- Integrar em 2020 o grupo das regiões classificadas como “*Innovation follower*” (no âmbito do *Regional Innovation ScoreBoard*);
- Aumentar a percentagem de população, entre os 30 e os 34 anos, com ensino superior ou equiparado, tendo como objetivo atingir 40%;
- Reduzir o abandono escolar precoce, tendo como meta os 10% em 2020;
- Aumentar a percentagem de população adulta (25-64 anos) abrangida por ações de aprendizagem ao longo da vida - meta 10% em 2020;
- Atenuar em 10% as assimetrias territoriais, reduzindo o desvio do PIB por habitante;
- Diminuir a taxa de desemprego, passando de 16% em 2012 para 10% em 2020;
- Reduzir em 10% o consumo de energia elétrica doméstico, não doméstico (comércio e serviços) e público.

A estrutura do ALENTEJO 2020 reflete as opções nacionais consubstanciadas no Acordo de Parceria, designadamente na articulação dos PO Temáticos com o PO Regional, bem como as Prioridades de Intervenção da Estratégia de Desenvolvimento Regional, nomeadamente na concretização dos objetivos acima elencados, incidindo nos seguintes **vetores-chave**:

- Revitalização da base económica através do Reforço da Competitividade e Internacionalização das PME (Eixo 1);
- Reforço dos níveis de investimento no Ensino, na Qualificação do Capital Humano e nas diversas modalidades de Aprendizagem ao Longo da Vida (Eixo 2);
- Reforço dos níveis de investimento nos domínios da Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, em consolidação e desenvolvimento do Sistema Regional de Transferência de Tecnologia (Eixo 3);
- Melhoria das condições de atratividade dos centros urbanos regionais e dos centros urbanos estruturantes (Eixo 4);
- Apoio a intervenções de Promoção do Emprego, da Coesão, Inclusão Social e Combate à Pobreza e Valorização Económica dos Recursos Endógenos (Eixos 5 e 6);
- Apoio a prioridades relativas à Eficiência Energética, Mobilidade, Ambiente e Sustentabilidade, nos domínios da Economia com Baixas Emissões de Carbono, da Proteção do Ambiente e da Promoção da Eficiência dos Recursos (Eixos 7 e 8);
- Apoio a ações relacionadas com a Capacitação Institucional e a melhoria da Administração Pública e de parceiros territoriais de apoio ao desenvolvimento e a Assistência Técnica do Programa (Eixos 9 e 10).

A distribuição da dotação global por eixos prioritários e por fundo é a seguinte:

Eixos Prioritários	Total FEEI (M€)	FEDER (M€)	FSE (M€)
1 - Competitividade e Internacionalização das PME	363,5	363,5	0
2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano	131,3	41,8	89,5
3 - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	67,9	67,9	0
4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável	126,9	126,9	0
5 - Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos	81,9	23,6	58,3
6 - Coesão Social e Inclusão	109,4	76,7	32,7
7 - Eficiência Energética e Mobilidade	102,9	102,9	0
8 - Ambiente e Sustentabilidade	57,1	57,1	0
9 - Capacitação institucional e Modernização Administrativa	11,3	7,1	4,2
10 - Assistência Técnica	30,7	30,7	0
<b>Total PO ALENTEJO 2020</b>	<b>1.082,9</b>	<b>898,2</b>	<b>184,7</b>

### Síntese da execução global e por eixo prioritário até 31/12/2017

O ano de 2017 permitiu operacionalizar algumas questões particularmente relevantes para o desempenho do PO, encontrando-se cumpridas no final do ano todas as condicionalidades ex ante e aprovados todos os mapeamentos de necessidades de intervenção exigidos. Por outro lado, a delegação de competências pela Autoridade de Gestão (AG) na Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), no âmbito do Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT) foi alargada. Com a publicação em março de 2017 do diploma legal que veio regulamentar o Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e Emprego (SI2E) foi possível arrancar com a operacionalização das tipologias integradas no Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC).

Até 31/12/2017 foram aprovadas 1356 candidaturas, correspondendo a um custo total elegível de 608,2 M€ e a uma comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) de 410,5 M€, dos quais 369,7 M€ FEDER e 40,8 M€ FSE. A taxa de aprovação global era assim de 37,9% no final de 2017, situando-se nos 41,2% ao nível do FEDER e nos 22,1% no FSE. Não obstante o valor mais baixo registado no FSE, importa referir que o mesmo duplicou face ao verificado no final do ano anterior.

Há a registar 144 avisos para apresentação de candidaturas até ao final de 2017, entre abertos, fechados e decididos, dos quais 15 se encontravam abertos a 31/12/2017.

Eixos Prioritários	Fundo	N.º operações aprovadas	Custo total elegível das operações apoiadas (M€)	Fundo aprovado (M€)
1 - Competitividade e Internacionalização das PME	FEDER	697	307,0	179,5
2 - Ensino e Qualificação do Capital Humano	FEDER	48	18,1	13,8
	FSE	40	25,3	21,5
3 - Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	FEDER	99	34,4	27,7
4 - Desenvolvimento Urbano Sustentável	FEDER	102	68,7	45,7
5 - Emprego e Valorização Económica de Recursos Endógenos	FEDER	22	5,2	2,8
	FSE	88	5,7	3,1
6 - Coesão Social e Inclusão	FEDER	40	23,2	18,9
	FSE	17	19,0	16,2
7 - Eficiência Energética e Mobilidade	FEDER	18	6,4	5,5
8 - Ambiente e Sustentabilidade	FEDER	148	73,6	57,2
9 - Capacitação Institucional e Modernização Administrativa	FEDER	15	7,0	5,9
	FSE	2	0,1	0,1
10 - Assistência Técnica	FEDER	20	14,6	12,9
	Totais FEDER	1.209	558,2	369,7
	Totais FSE	147	50,0	40,8
	Totais PO	1.356	608,2	410,5

Em 2017 foi aprovada uma operação de Instrumentos Financeiros (IF), tendo por objeto o reforço da dotação do Fundo Capital & Quase Capital, para aplicação no Fundo 200M, no âmbito do eixo 1 do PO. Esta operação junta-se assim às outras 6 aprovadas anteriormente ao nível dos IF, mobilizados através dos eixos 1, 4, 6 e 8. Os respetivos acordos de financiamento com as entidades gestoras de Fundo de Fundos foram celebrados e encontram-se selecionados os intermediários financeiros. O montante FEDER contratado nos IF para o apoio direto às empresas é de 47,6 M€ e para a reabilitação e revitalização urbanas é de 14,5 M€.

No que respeita à execução financeira do PO, a 31/12/2017 o fundo validado corresponde a 108,7 M€, do qual 87,6 M€ FEDER. Relativamente ao FSE, só no decorrer de 2017 foram reunidas condições para iniciar o processo de validação de despesa, sendo de sublinhar o esforço da AG a esse nível permitindo atingir os 21,1 M€ de fundo validado no final do ano. A taxa de execução financeira global do PO situa-se nos 10%, sendo de 11,4% no caso do FSE e de 9,8% no FEDER.

O eixo 1 continua a ser aquele que evidencia maior dinamismo com um montante de despesa elegível executada próximo dos 67,4 M€, num universo de 141,4 M€ de despesa elegível executada no global do PO.

No que concerne aos pagamentos, o apoio pago dos FEEI aos beneficiários totalizou 116,2 M€, repartido entre 100 M€ FEDER e 16,2 M€ FSE. Também neste contexto, se destaca o eixo 1 do PO com um montante FEDER pago de 52,4 M€.

No ano de 2017 foram submetidos à CE cinco pedidos de pagamento intercalares FEDER e pela primeira vez foi possível certificar despesa do FSE, contando com a submissão de três pedidos de pagamento intercalares neste fundo. Neste ano a AG procedeu à prestação de contas anuais do exercício contabilístico 16-17 com despesa associada ao FEDER.

## Resultados Alcançados

Tendo em consideração as operações concluídas, destacam-se os seguintes indicadores, que integram o Quadro de Desempenho:

Eixo	PI	Indicador	Unidade de medida	Valor alvo (2018)	Valor alvo (2023)	Valor cumulativo - operações executadas
1	3.1	Novas empresas apoiadas	Empresas	38	153	47
2	10.5	Capacidade das infraestruturas de acolhimento de crianças ou e educação apoiadas	Pessoas	1.194	4.777	2.493
4	6.5	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas	m <sup>2</sup>	57.553	230.212	66.902
6	9.1	Participantes em ações de trabalho socialmente necessário	n.º	3.837	6.396	9.516

### Síntese dos principais problemas identificados e medidas adotadas

O desempenho do PO ao longo do ano de 2017 foi influenciado por alguns fatores marcantes, como sejam, o facto de somente neste ano ter-se assistido ao cumprimento integral das condicionalidades ex ante, bem como o facto da conclusão dos processos de mapeamento de necessidades de intervenção ter ocorrido apenas em dezembro de 2017, com a aprovação do mapeamento dos investimentos em infraestruturas tecnológicas. Tratou-se de processos morosos e de elevada complexidade, com reflexos no atraso de implementação/execução de determinadas tipologias de operações.

Não obstante ter sido possível avançar com a operacionalização das tipologias integradas no DLBC, há a destacar de forma menos positiva neste domínio, a complexidade do modelo de governação com consequência no cumprimento dos prazos de decisão e no baixo valor de compromisso registado no final de 2017, prevendo-se no entanto que em 2018 o compromisso aumente significativamente em função do número de candidaturas que se encontram em análise, bem como o valor de execução.

Assistiu-se neste ano a algumas alterações, nomeadamente ao nível de alguns Pactos celebrados com as CIM e ao nível das Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável (AIDUS) por via da celebração de Adendas aos Contratos dos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU), para efeitos das majorações decorrentes do acelerador de investimento municipal. Assistiu-se também ao alargamento das funções delegadas pela AG na FCT enquanto Organismo Intermédio.

Estas questões envolvendo DLBC, Investimentos Territoriais Integrados (ITI), AIDUS e FCT exigiram trabalho interno da AG e de articulação com outras entidades, sendo que apenas nesta fase se crê num quadro mais estável de operacionalização das tipologias de operações envolvidas.

No que respeita aos sistemas de informação foram ultrapassados constrangimentos verificados anteriormente, em resultado de uma forte relação de proximidade com a Agência para o Desenvolvimento & Coesão, sendo de destacar o salto evolutivo do desenvolvimento do Sistema de Informação do Fundo Social Europeu (SIFSE), não obstante o atraso na entrada em produção de algumas ferramentas de execução física e financeira da despesa ter tido influência no ritmo de execução de algumas tipologias de operações.

Com o objetivo de incrementar a validação de despesa, a AG adotou um conjunto de procedimentos de organização/simplificação com efeitos a partir do último trimestre de 2017, passando essencialmente por reuniões internas frequentes, pela promoção de reuniões com os diferentes Organismos Intermédios (OI) e com os Grupos de Ação Local (GAL), nas quais entre outros assuntos é feito um balanço da execução, bem como reuniões com beneficiários em particular com os que detêm projetos de compromissos mais avultados, e passando ainda pelo ajustamento de alguns procedimentos ao nível da validação de despesa.

Mais informações sobre:

#### Portugal 2020

[www.portugal2020.pt](http://www.portugal2020.pt)

#### ALENTEJO 2020

[www.alentejo.portugal2020.pt](http://www.alentejo.portugal2020.pt)